

Córrego do Caju: um local de socialidades

Caju Stream: a place of socialities

Córrego do Caju: un lugar de socialidades

Abelar Santana Morais

Mestre em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG/PUC, Brasil
abelarsa@gmail.com

Antonio Busnardo Filho

Professor Doutor, UNIVAG/PUC, Brasil
antonio.busnardo@univag.edu.br

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo analisar o espaço urbano que circunda e inclui o córrego do Caju situado no bairro Morada da Serra, na cidade de Cuiabá – Mato Grosso. O tema proposto é uma reflexão necessária sobre os rios, como elementos primordiais para o bem-estar não apenas dos moradores da região, mas de toda a cidade. Atualmente, esse córrego urbano está poluído, e a vegetação de seu entorno está mal preservada, e as habitações estão próximas ao leito do rio. Diante dessa realidade, a proposta de revitalização do córrego e de seu entorno, depende da implantação de políticas públicas a fim de resgatar a socialidade daquela população, integrando-a ao processo de recuperação da área com uma ação conjunta entre poder público e moradores, por meio de projetos participativos.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização; projeto participativo; Córrego urbano; Socialidade.

ABSTRACT:

This work aims to analyze the urban space that surrounds and includes the Cashew stream located in the Morada da Serra neighborhood, in the city of Cuiabá - Mato Grosso. The proposed theme is a necessary reflection on the rivers, as primordial elements for the well-being not only of the residents of the region, but of the entire city. Currently, this urban stream is polluted, and the vegetation of its surroundings is poorly preserved, and the dwellings are close to the riverbed. Given this reality, the proposal to revitalize the stream and its surroundings depends on the implementation of public policies in order to rescue the sociality of that population, integrating it into the recovery process of the area with a joint action between public authorities and residents, through participatory projects.

KEY WORDS: Revitalization; participatory projects; Urban stream; Sociality.

RESUMEN:

Este trabajo tiene como objetivo analizar el espacio urbano que rodea e incluye el arroyo Caju ubicado en el barrio Morada da Serra, en la ciudad de Cuiabá - Mato Grosso. El tema propuesto es una reflexión necesaria sobre los ríos, como elementos primordiales para el bienestar no sólo de los habitantes de la región, sino de toda la ciudad. Actualmente, este arroyo urbano está contaminado y la vegetación que lo rodea está mal conservada, y las casas están cerca del cauce. Ante esta realidad, la propuesta de revitalización del arroyo y su entorno depende de la implementación de políticas públicas para rescatar la socialidad de esa población, integrándola al proceso de recuperación de la zona con una acción conjunta entre autoridades públicas y residentes a través de proyectos participativos.

PALABRAS CLAVE: Revitalización; proyecto participativo; corriente urbana; socialidad.

INTRODUÇÃO

Toda água era doce para o egípcio, mas sobretudo aquela que fora tirada do rio, emanação de Osiris.

(GÉRARD DE NERVAL, *Les filies du feu*, p. 220)

Pensando as condições atuais da cidade de Cuiabá, no que se refere ao seu crescimento, em relação à expansão territorial e ao impulso dado pelo agronegócio, ao desenvolvimento agrícola, e à migração de pessoas que vieram para trabalhar na região, em consequência desses eventos, é que se propõe estudar um espaço urbano, que circunda e inclui o córrego do Caju – pensando os rios como elementos fundamentais para o bem-estar da população do entorno, bem como da cidade. Repensando os rios, por meio do córrego, e a importância das águas que levam e lavam as impurezas urbanas, se a princípio, os rios eram a metáfora da terra; hoje, sua poluição é uma dura realidade, que transformou os rios em esgotos. O preço do progresso a “qualquer custo” sacrificou as águas limpas, transformando-as em águas lamacentas e sujas, como um aspecto moral – negativo - da modernidade progressista. Em consequência, o esgoto escorreu pelo espaço urbano. A cidade suja, cheia de fumaça e malcheirosa tornou-se um exemplo de cidade progressista, que surgia à beira de rios límpidos, e que com seu crescimento sujava-os – essa foi a ação das grandes cidades, como Londres, Paris e Portugal, por exemplo, que tiveram seus rios considerados mortos e fétidos.

Nessas divagações, tendo a água como uma das grandes metáforas urbanas, que permite o devaneio e o descanso do cidadão quando a contempla, quando contempla a placidez do lago, da fonte, da poça d’água, ou o movimento das águas dos rios, córregos e fontes, foi que se considerou a reconstituição da área adjacente ao córrego do Caju, bem como o próprio córrego, como fator fundamental para a requalificação do espaço urbano e a reconstituição da qualidade de vida dos moradores do entorno, e dos frequentadores do parque local. A reconstituição do córrego e a requalificação da área urbana é o princípio para a compreensão de fatores sociais e antropológicos na constituição da sociedade local, da cultura e de suas características visuais. O princípio organizador do olhar, e as visitas *in loco*, além das observações comportamentais dos frequentadores do local, são componentes de um método empírico, como estratégia de organização de dados e de escrita do relato, numa situação atual de pós-pandemia, quando as relações sociais presenciais e pessoais começam a se reorganizar. No entanto, não se deixará de observar a descoberta e a inovação das ações das pessoas, quando do retorno às ruas, após a saída de uma reclusão necessária. O córrego do Caju é pensado como um elemento transformador/gerador de um espaço, cuja intenção é que esta área urbana se torne um lugar de convivialidade (CAILLE, 2011) e socialidade (MAFESOLLI, 1984). Quando se trata destes conceitos, não significa tratar o grupo social como uma unidade coletivista, mas, antes, entender o coletivo como um jogo das potencialidades de cada um, formando um conjunto. A realidade do indivíduo no grupo é uma forma de fortalecimento do próprio grupo social, pela diferença imposta a partir das singularidades e idiosincrasias de cada indivíduo. O direito à diferença faz de todos os partícipes de uma ideia ou ideal, possibilitando a complementaridade do grupo, quando se tem as trocas como elemento estruturador da socialidade, que por sua vez, implica a solidariedade e a ética, bem como um querer-viver social,

uma vontade de pertencimento, religando o indivíduo ao indivíduo e o indivíduo ao local. É assim que a socialidade se expressa

(...) nos ambientes afetuosos das relações de amizade, na viscosidade das aderências religiosas, sexuais, culturais, todas as coisas que precisam de imagens que lhes sirvam de catalisador” (MAFFESOLI, 1995, p.103).

Neste sentido é que se entende a socialidade como um conjunto de práticas cotidianas que escapam ao controle social, constituindo a base da vida social; tais práticas podem ser compreendidas como o hedonismo, o tribalismo, o presenteísmo etc.; como um conjunto de experiências múltiplas calcadas no imaginário do grupo – privilegiando as diferenças -, mais do que na homogeneização do grupo. Só para reafirmar, as diferenças consentem e partilham o pertencimento. Daí para a convivialidade o passo a ser dado é muito pequeno, considerando que a convivialidade, conforme Caille (2020), que pensa em encontrar uma solução para a lógica dominante, deste mundo pós-neoliberal, que assola os nossos dias, opondo-se, mas sem massacrar, permitindo a convivência das diferenças, priorizando a comunidade e a economia cívica.

Assim, o convivialismo é uma ideia-força que abre espaço para acolher nossas lutas antirracistas, feministas, ecológicas e indígenas numa chave propositiva. Com certeza temos que derrotar as políticas da morte e respeitar os princípios basilares da vida em comum, revigorando a declaração de interdependência assinalada no subtítulo do *Primeiro Manifesto*. (Segundo Manifesto Convivialista, 2020, 17).

O convivialismo pretende responder a duas questões; 1) a questão dos excessos, de uma onipotência e a subordinação a uma força moral maior que os próprios homens; 2) ao aceitarem essa subordinação, ter em troca o reconhecimento de quem lhes importe e a esperança de uma vida com sentido. O atendimento a essas duas condições deve ser ao que o convivialismo deverá responder (CAILLÉ, 2011).

Facilmente, percebe-se que socialidade e convivialismo aproximam-se conceitualmente. E é este sentido que se busca se tem por base, ao se pensar o Córrego do Caju.

Esse processo empírico, que toma a vivência como base do conhecimento, não ausenta e nem isenta o observador – responsável pela narrativa -, que é parte importante para a compreensão do fato observado, já que as apreensões desses fatos passam pelos filtros dos sentidos. Assim, o envolvimento com o local é fundamental. O conhecimento do local é primordial.

Esta área nunca deixou de ter a sua importância na simbolização do espaço urbano, considerando a força da tradição de seus primeiros habitantes, os índios Bororos e os descendentes de escravos. Outras pessoas, com outras tradições e costumes chegaram para a ocupação da área, mas traziam a formação cuiabana, que é um amálgama que tem a cultura indígena e africana como traços preponderantes. O córrego do Caju, da sub-bacia do Coxipó, testemunhou a alteração do lugar e teve as suas águas transformadas pela força da modernização, que comprometeu o meio ambiente. O córrego limpo ficou poluído. E a sua corredeira a céu aberto, foi enterrada para a expansão da área urbana. O pouco do córrego que esta descoberto, mostra a agressão causada pelos habitantes que moram em seu entorno, a poluição. Ainda assim, a imagem do córrego permanece como se ele estivesse intacto nos relatos dos habitantes do entorno. O Imaginário dos habitantes do local reconstitui um espaço ideal;

talvez seja isso que faz com que, independentemente do mal cheiro, as pessoas ainda frequentemente as suas imediações.

O encontro das pessoas do local, ao redor do córrego, cria a possibilidade de trocas sociais e da construção de uma sociabilidade, que fundamenta a convivência desse grupo social, até permitindo o sentido de pertencimento, pela formação de um território, que não é somente um espaço físico, mas um espaço de vivências – permitindo o sentido de territorialidade.

CONTEXTUALIZANDO A AREA

Revisitando a história da cidade de Cuiabá, no seu passado recente, há 47 anos, na década de 70, mais precisamente no ano de 1975, o córrego do Caju era um córrego que já fazia parte do perímetro urbano do município de Cuiabá e tinha às suas margens um pequeno grupo de moradores, descendentes de escravos e de indígenas. Suas águas eram fonte de vida e utilizada para consumo, limpeza, como meio de trocas de vivência fraterna entre os moradores e o córrego. O córrego era o agente aglutinador do grupo social e da forma de ocupação que acontecia na região. BACHELARD (1997) considera e reflete sobre o Devaneio da água, demonstrando seu poder social e poético de representação da pureza, dizendo que se encontra naturalmente esta representação de um ideal de pureza. Bachelard diz, também, que a pureza ou impureza da água, para o homem moderno, é uma questão racional. Mas, o pensamento poético de Bachelard demonstra no poder das águas claras e límpidas, no sonho de renovação sugerido pelas águas frescas, o seu poder de restauração do bem. Na importância das águas, dadas pelos ovos originários e na dimensão do seu simbolismo, os rios eram tratados e cuidados com o maior respeito, por serem princípios de vida. As águas mantinham a vida das comunidades.

Compreende-se, pois, que a água pura, que a água-substância, que a água em si possa tomar, aos olhos de certas imaginações, o lugar de uma matéria primordial. Ela aparece então como uma espécie de substância das substâncias para a qual todas as demais substâncias são atributos. (BACHELARD, 1998, 155)

São trezentos e dois anos de história, muitas conquistas e derrotas. Domínio, posse e exploração deste território denominado de Cuiabá, em função do rio que lhe margeia. Muitos habitantes originários destas terras foram perseguidos, derrotados, dominados, escravizados e mortos. Mortos, mas não sem antes lutarem bravamente por sua terra, sua morada, sua história, memória e vida. Como de hábito, a escolha do local foi nas proximidades de um rio, que sofreria as consequências do progresso. Na luta pela construção do território, as águas não foram levadas em consideração, como sói ser nas ideias desenvolvimentistas.

Construiu-se, neste lugar, apesar das agruras do tempo, uma nova história. O então vilarejo, local de acampamento dos bandeirantes, foi se tornando uma cidade. Com o tempo e devido as novas exigências impostas pelo afluxo de novas gentes chegando na cidade de Cuiabá, território, do centro oeste brasileiro, foi sentida a necessidade de expansão. Para onde expandir? O rio Cuiabá, era o limite. A única opção era expandir para o norte do território. E assim foi feito. A cidade de Cuiabá se desenvolveu para o norte, serpenteando os córregos e o próprio rio Cuiabá.

Na década de 70, mais precisamente no ano de 1975, por iniciativa do governo estadual, na gestão do então governador José Fragelli, no seu projeto de expansão da capital para o norte, o governador do Estado de Mato Grosso, juntamente com o prefeito da Capital Cuiabá propuseram a transferência da sede do governo Estadual para o norte da capital. A intenção era de expandir os limites da área urbana do município, seguindo o ritmo de desenvolvimento urbano instalado no país, e assim foi fundado um novo bairro, intitulado de CPA (Centro Político Administrativo), que na década de 80 foi renomeado: Morada da Serra, abarcando todos os setores denominados: CPA I, CPA II, CPA III, CPA IV e CPA V, loteamento Jardim Brasil, desmembramento Ouro Fino, Loteamento Tancredo Neves, Loteamento Centro América, desmembramento Três Lagoas, desmembramento Vila Nova e desmembramento Vila Rosa. É preciso pontuar que a urbanização brasileira começa no século XX com a industrialização; na década de 50, do séc. XX, o Brasil ainda era um país com uma população predominantemente rural. Com a expansão industrial, que muda a economia do país, de agrária-exportadora para industrial-urbana, foi dado um grande impulso ao desenvolvimento e crescimento urbano; momento em que houve um grande êxodo do campo para a cidade. Na década de 1970, praticamente metade da população brasileira já se encontrava nas cidades, em busca de melhores oportunidades de emprego e de qualidade de vida ensejada pela modernidade que se instalava na sociedade brasileira. As cidades não estavam preparadas para esse intenso deslocamento social, que mudava a aparência da área urbana e apontava novas necessidades para as cidades. As pessoas que chegavam não estavam preparadas para serem absorvidas pelo mercado de trabalho, já que a indústria precisava de mão-de-obra especializada. Os núcleos urbanos, ainda com uma formação burguesa, não tinham onde colocar essas pessoas desqualificadas para as indústrias que chegavam à cidade, e não tinham serviços que as absorvessem. Em consequências, essas pessoas foram dirigidas às periferias, onde os aluguéis eram mais baratos e que com pequenos biscates podiam sobreviver parcamente. Os que se estabeleciam pelos centros das cidades, acabavam morando em pensões ou cortiços, de forma insalubre. Formou-se, com isso, um cinturão de pobreza e um repositório de mão-de-obra para os serviços mais brutos das indústrias. As cidades cresceram para as periferias, até que o desenvolvimento urbano chegasse a esses lugares, requeresse as terras, demolisse os casebres e construísse prédios – conforme a região, de alto padrão, satisfazendo uma classe média em ascensão, ou prédios para moradias populares. Esse avanço foi característico do período militar, que maquiava a falta de moradia com propagandas da construção de grandes conjuntos habitacionais.

As periferias resistiram a essa invasão e, mesmo que empurradas um pouco mais para longe, desenvolveram formas de resistências embasadas nas culturas dos seus moradores, e aprenderam a conviver com as dificuldades e as diferenças. Esses traços de constituição de comunidades parecem ser comuns a todas as classes mais necessitadas e mais desprivilegiadas. Valeram-se da cultura e dos ritos e mitos e criaram uma forma de resiliência. Vivem e sobrevivem sem a necessidade do centro. Desenvolveram uma autonomia, facilitada pela “invasão” imobiliária.

À época, a intenção dos governantes era de que este novo bairro serviria de local de moradia para os servidores do estado, devido a sua localização ser próxima à sede do Governo Estadual, distando apenas 10 km.

O bairro Morada da Serra (Complexo do CPA) foi sendo fundado serpenteando o córrego Gunitá, o córrego do Caju – córrego central do bairro e o córrego Três Barras, e sua comunidade foi sendo constituída, desde sua fundação, por servidores públicos da área do governo estadual, inicialmente por famílias de policiais militares e posteriormente pelos demais grupos de servidores do estado.

É bom lembrar, que conforme o professor Fernando Tadeu (2021) – professor titular da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) – em sua fala divulgada em vídeo comemorativo aos 300 anos de Cuiabá, o lugar onde hoje se situa o bairro do Complexo do CPA já foi território indígena e de moradia de descendentes de escravos. E quando da fundação do bairro, muitos desses moradores descendentes de escravos, foram retirados de seu território, para dar abrigo ao “progresso” que chegava na cidade.

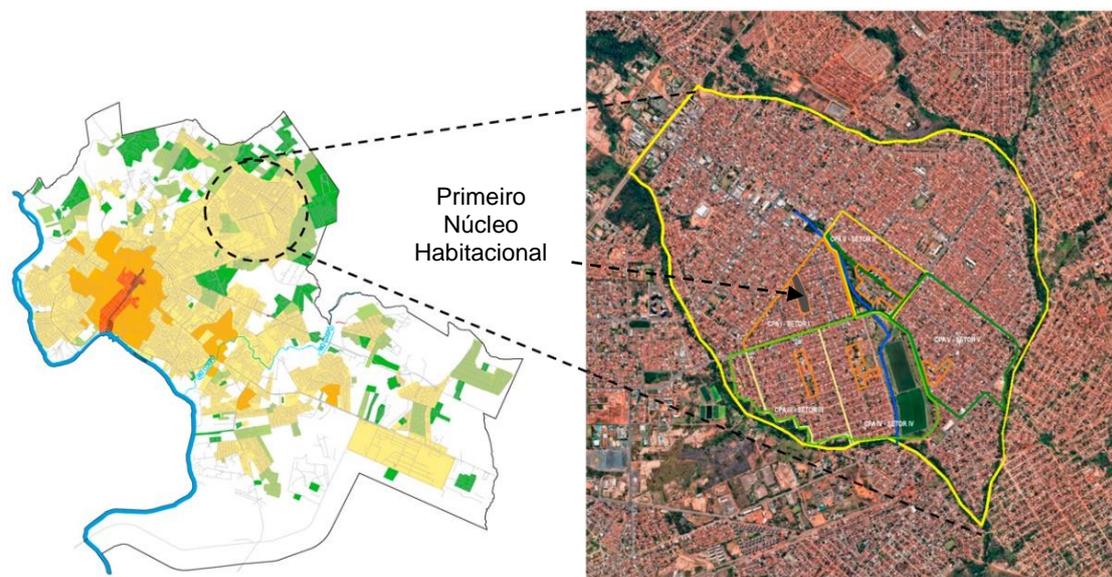
Na década de 70, seguindo o Plano Nacional de Desenvolvimento do Centro Oeste, o então governador José Fragelli toma a decisão de promover a expansão do território urbano de Cuiabá, na esteira do referido plano; e em convênio com o Banco Nacional de Habitação - BNH - e a Companhia de Habitação Popular – COHAB -, inicia o projeto de criação do bairro.

A primeira etapa da construção foi denominada de CPA I – Núcleo Habitacional, composto pela edificação de 914 casas populares, destinadas aos servidores públicos, principalmente da área de segurança do estado.

Quando os primeiros lotes de residências ficaram prontos no bairro CPA, e os moradores começaram a ocupá-los, perceberam que não havia sido providenciado, pelos governos estadual e municipal, a infraestrutura necessária como equipamentos urbanos para servir a população, visto que inexistiam saneamento de esgoto, água encanada, energia elétrica e, também, não fora projetado transporte público para o local. Assim, com todos esses problemas, a população, na sua maioria, vendeu suas casas, recém recebidas, e apenas uma pequena parcela da população continuou no local.

A área de observação, Setor III (CPA III) situa-se no setor norte da Cidade de Cuiabá, denominada de Morada da Serra, pela prefeitura, e conhecida pela população como Complexo do Grande CPA é constituída, como já dito, pelos bairros: CPA I, CPA II, CPA III e CPA IV, Setor dois, Ouro Fino, Jardim Brasil e Três Lagoas, conforme identificado na figura 1, abaixo.

Figura 1: Perímetro urbano da sede do município de Cuiabá



Fonte: IPDU e Google Maps

Esse fenômeno de crescimento da área urbana da capital de Mato Grosso é percebido de forma integrada às profundas alterações e expansão do capitalismo industrial. E essas iniciativas governamentais pouco abrangentes, não atingiram os efeitos planejados, pois esses bairros foram formados sem infraestrutura adequada para atender as necessidades da população de trabalhadores que aí iriam residir.

O arquiteto, José Antônio Lemos, um dos participantes da equipe de projeto e construção do CPA, no período correspondente aos primeiros anos da década de 70, em entrevista ao jornal *Mídia News* em 2019, explicou que um dos grandes transtornos era a falta de integração da malha viária entre os bairros do centro antigo de Cuiabá com os bairros que estavam sendo construídos.

Essa questão aparece em depoimentos dos moradores, quando relatam o quão difícil era morar neste bairro recém-construído, conforme narra Benedita Dorotéia, quando a matriarca de 80 anos relembrou, que sua família veio de Rosário Oeste, cidade próxima à capital mato-grossense, em busca de uma vida melhor, que prometia emprego, educação e bem-estar:

Eu fui uma das primeiras a chegar aqui. Sempre morei nesta casa. Aqui era uma casa com sala pequena, cozinha e três quartos. Nós éramos do sítio. Viemos para a capital Cuiabá em busca de uma vida melhor para nossas crianças, para estudar. (MIDIANEWS, 2019).

Dona Benedita relatou ainda que, naquela época, o núcleo, oferecido pelo governo, era composto apenas pelas casas e não possuía o básico para se viver, como asfalto, energia e água. O transporte público também era escasso.

Esse relato, de dona Benedita e a fala do arquiteto José Antônio, ilustram o que nos diz Ermínia Maricato (2015) de que a cidade cresce na periferia do capitalismo, em uma urbanização desigual, com rupturas e continuidades em uma modernização do atraso, confirmando o paradoxo que há entre crescimento urbano, industrialização e necessidade de moradia para os trabalhadores. Afinal, estes embebidos do sonho de ter um lugar bom para

morar, trabalhar e oferecer a seus filhos uma vida melhor, são iludidos pelos ideais escusos do capitalismo que explora a vida, a força de trabalho e o sonho dos trabalhadores.

Com o tempo e devido as novas exigências impostas pelo afluxo de novas gentes chegando à cidade de Cuiabá, numa política de expansão do território, do centro oeste brasileiro, foi sentida a necessidade do crescimento urbano, mesmo sem um planejamento adequado, mesmo que só por um interesse político. Para onde expandir? O rio Cuiabá, era o limite. A única opção era expandir para o norte do território. E assim foi feito. A cidade de Cuiabá se desenvolveu para o norte, serpenteando os córregos e o próprio rio Cuiabá.

No caso dos córregos, o primeiro córrego foi o conhecido como “da prainha”; (fale brevemente, como era o córrego da prainha e seu entorno; sua importância para a região) hoje, esse córrego se encontra totalmente coberto, e sobre ele passa uma avenida denominada Tenente Coronel Duarte. E assim segue o crescimento da cidade, enterrando seus córregos, como era de hábito fazer, em prol do progresso - existem no perímetro urbano de Cuiabá mais de 60 córregos e fontes de água. Um desses, é o córrego do Caju.

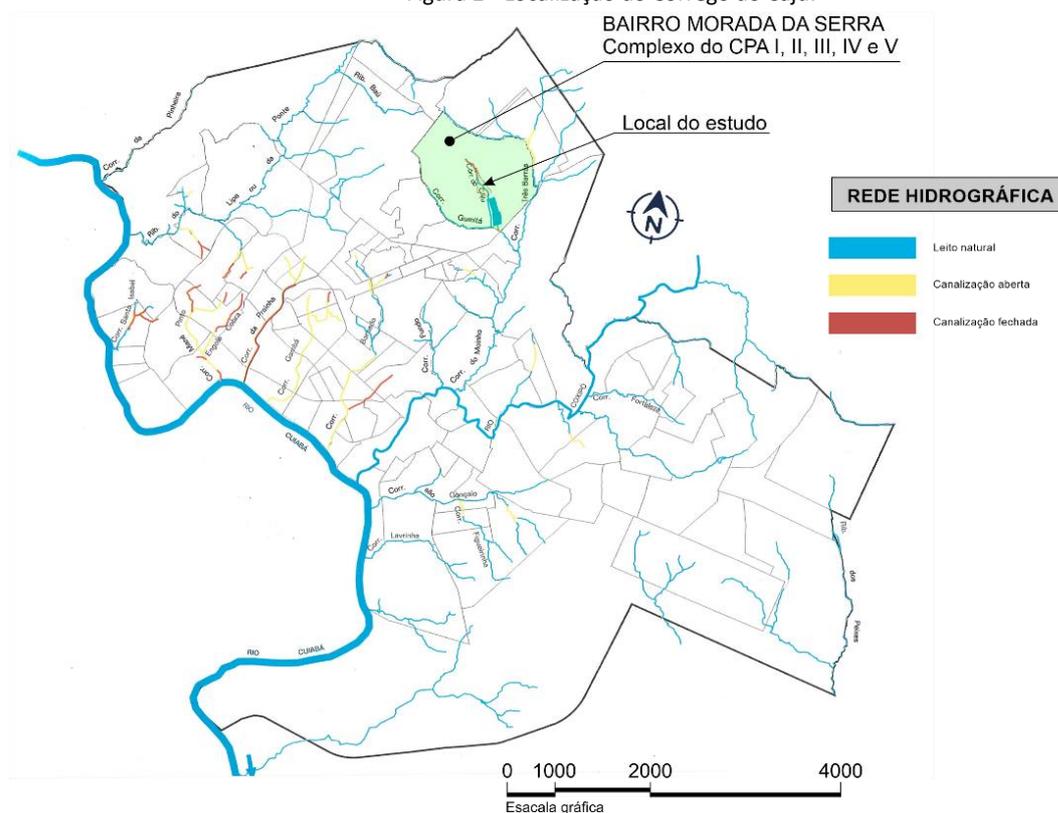
O CÓRREGO DO CAJU

O córrego do caju está situado no bairro Morada da Serra que abarca o complexo do Centro Político Administrativo (CPA) I, II, III, IV e V. Mais precisamente, o córrego se situa ao centro do CPA III, e, em seu entorno, encontra-se uma área de preservação. Sua extensão é de 2.300 m, partindo de sua cabeceira e seguindo sinuosamente beirando a estação de tratamento de esgoto – ETE – Lagoa encantada até desembocar no córrego Gunitá. O córrego apresenta dois tipos hidráulicos de escoamento sendo os primeiros 600 metros em canalização fechada em tubos de concreto e os 1700 metros restantes, em canalização aberta com pedras e concreto. A ilustração expressa na (Figura 2) mostra a localização da bacia hidrográfica do córrego do caju, obtida do Perfil Socioeconômico de Cuiabá, volume III.

É importante destacar que o córrego do caju pertence à sub-bacia urbana do rio Coxipó que é um dos principais afluentes do rio Cuiabá.

Para que se entenda sua importância, serão descritas aqui as interligações do córrego do caju; assim, ele se situa nas coordenadas geográficas, estando sua cabeceira em 15° 33' 36" S a 056° 02' 42" W, e seu deságue no córrego Gunitá localiza-se a 15° 34' 35" S a 056° 02' 18" W de longitude de Greenwich (Figura 2).

Figura 2 - Localização do Córrego do Caju.



Adaptação do Perfil Socioeconômico de Cuiabá, volume III. (autor: Abelar, 2022)

Atualmente, o córrego do caju encontra-se totalmente poluído por dejetos humanos, servindo como esgoto a céu aberto e como local de descarte de lixo. A área de preservação no seu entorno está invadida e nela estão erguidas construções de moradia popular, e há um grande espaço que está assoreado. A vegetação natural nas bordas do córrego está totalmente malcuidada e não se percebe nenhuma ação pública de preservação. O leito do córrego do Caju, em sua maioria, foi impermeabilizado, situação que influencia no escoamento das águas pluviais, e certamente aumenta a probabilidade de enchentes, no local, agravando a saúde da população do entorno, devido ao aumento da incidência de doenças relacionadas às águas e efluentes do lixo doméstico jogados no córrego.

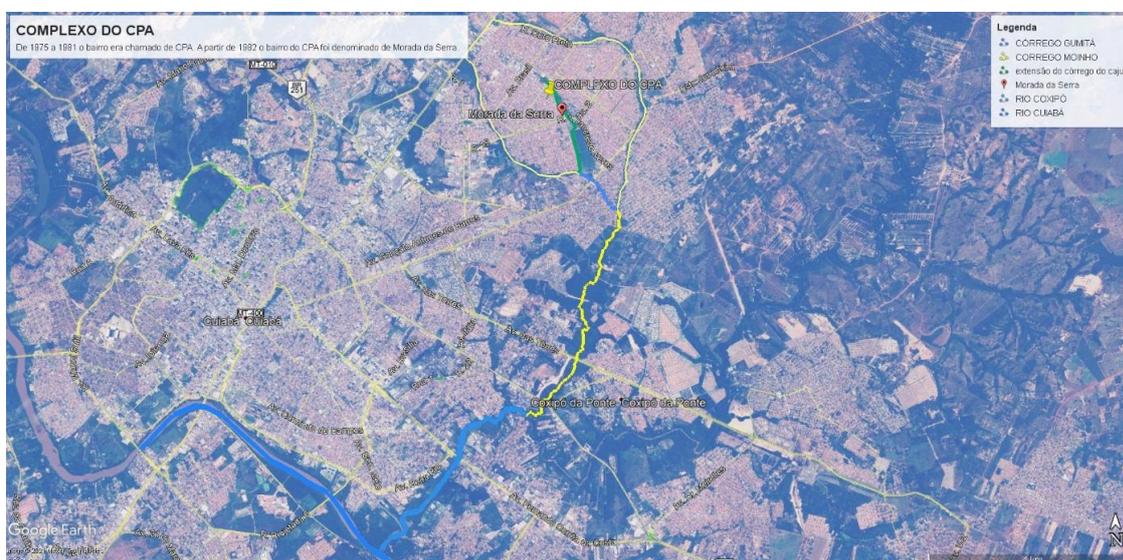
A situação do córrego do Caju não é nova e nem surpreende mais, dado que o crescimento desenfreado e pouco pensado – ou nada pensado – das grandes cidades e capitais brasileiras enterram seus rios e córregos para ganharem um espaço impróprio para o fluxo de carros. As cidades são pensadas ou produzidas para os automóveis e não para os cidadãos (JACOBS, 2013; GHIL, 2014), apontando um crescimento e um utilização canhestra do espaço urbano, que afasta o cidadão do uso da cidade. O cidadão é computado como mão-de-obra e como pagador de impostos. O direito à cidade é-lhe roubado peremptoriamente, sem qualquer resquício de moral. O cidadão que trabalha, não usufrui da cidade.

Contra isso, JACOBS (2013), enfrentou com seu urbanismo humanista, as propostas autoritárias que vinhas de “cima”, sem qualquer tipo de participação popular; que impunha uma forma de urbanismo que inviabiliza (ainda, hoje) o acesso do cidadão à própria cidade, inviabilizando o cotidiano do cidadão. Jacobs privilegiava um tipo de cidade onde a rua, o bairro

e a comunidade são fundamentais para a cultura urbana; onde a rua e a calçada são elementos de proteção da cidade; as pessoas nas ruas aumentam e efetivam a segurança urbana, dando prioridade ao pedestre. A cidade de Jacobs era uma cidade pedonal – os indivíduos andando pela cidade, tomando o espaço urbano como seu. Por outro lado, GEHL (2014) reivindica mais espaços para os pedestres e pensa em cidades para pessoas, porque as considera distantes do espaço urbano o planejamento urbano deve ser pensado para pessoas, provocando experimentos de reutilização do espaço público, por meio de ações intervencionistas que permitiam, aos cidadãos, usos diferenciados do espaço urbano. Valendo-se desses brevíssimos relatos é que se deve pensar a área do córrego do Caju, como um local de intervenção para sua reabilitação, mesmo estando, hoje, tomada por organização nada pacificadora ou pacifista (maiores informações são omitidas por questões de segurança).

Abaixo, na figura 3, pode-se acompanhar todo o trajeto das águas do córrego do caju e suas interligações até chegarem ao rio Cuiabá.

Figura 3 Indicação da extensão do córrego do caju



Fonte: Google Earth – linha azul grifo nosso

Na amostra da figura 2 e figura 3 podemos perceber que o córrego do caju, por fazer parte da sub-bacia do rio Coxipó, exerce um papel fundamental no sentido de integralidade do fluxo de água, pois está interligado com o rio principal da cidade que é o rio Cuiabá. E o rio Cuiabá serve de fonte primária para o fornecimento de água para a população tanto da capital Cuiabá quanto da cidade vizinha Várzea Grande, daí a preocupação com relação a poluição e o estado deprimente em que se encontra o córrego do Caju.

Colocando um pouco de poesia, sem abandonar a crítica, é que se pensa a importância das águas límpidas, dos rios e córregos urbanos, como representantes do bem-estar e saúde da cidade da cidade, e de seu meio ambiente. As águas claras e limpas são possibilidades de devaneios positivos, enquanto aglutinadoras dos ensejos da população, para a formação de um convívio saudável – de uma convivalidade –; ao contrário disso, as águas poluídas e sujas, demonstram claramente a falta de preocupação ética e moral dos gestores urbanos, que poluem os veios d'água em prol de um progresso seletivo, que não é para toda a comunidade, senão para empreendedores que têm no lucro seu objetivo. Assim, recorrendo a BACHELARD (1998,

146), pode-se dizer que [...] o axioma moral da pureza absoluta, destruída para sempre por um pensamento malsão, é perfeitamente simbolizado por uma água que perdeu um pouco de sua limpidez e de seu frescor.

No caso do córrego do Caju não foi perdido apenas “um pouco da limpidez da água”, perdeu-se toda a pureza, a clareza e a própria limpidez. Considerando seus moradores primeiros, os povos originários – os Bororos -, e mais tarde os descendentes de escravos, as águas do Caju já não condizem com a realidade anterior; não no que tange apenas a sua limpeza e pureza, mas, principalmente, ao respeito que esses povos tinham com as águas pela sua utilidade, por sua força de vida, pela manutenção da vida e por sua dinâmica cultural e imaginária. A água limpa é qualidade de vida para os Bororos, a água para beber e cozinhar e as águas dos rios – bonitos e limpos -, para se banhar e pescar. E na sua compreensão de mundo, organizada por secções ecológicas, os Bororos compreendem a totalidade e reconhecem as plantas, locais e os animais, relacionando-os. Quando as águas são poluídas, a estrutura cósmica e mítica do mundo Bororo fica fortemente comprometida. Mesmo tendo que habitar em locais corroídos pela poluição ambiental, os Bororos – e hoje, a comunidade do Córrego do Caju – buscam em cada gota d’água a vida que continua entranhada em sua substância, que determina sua purificação.

A água impura, em sua relação com o inconsciente, tem uma multiplicidade de representações nocivas, sendo o local de todos os malefícios e com uma simbolização ativa, interna e substancial, conforme BACHELARD (1998),

Por isso pode-se carregar a água suja com uma soma indefinida de malefícios. Pode-se *maleficiá-la*, isto é, por ela pode-se colocar o mal sob uma forma ativa. Nisso se obedece às necessidades da imaginação material, que tem necessidade de uma substância para compreender uma ação. Na água assim maleficiada, um signo basta: o que é mau sob um aspecto, numa de suas características, torna-se mau em seu conjunto. O mal passa da qualidade à substância. (BACHELARD, 1998,145)

Considerando a dimensão simbólica das águas, se o malefício está em sua poluição, fazendo com que o mau passe de qualidade a substância, a possibilidade de mudança do entorno do córrego do Caju é a despoluição das suas águas; o que não pode ser tão difícil, se se considerar a dimensão do córrego – a substância voltando a ser qualidade, restaurará o entorno e a capacidade de um simbolismo mais positivo para os moradores do local.

A população residente no entorno do córrego do caju é uma comunidade que foi sendo constituída desde a fundação do bairro CPA, na década de 70, por ação governamental do então governador José Fragelli. No seu projeto de expansão da capital para o norte o governador do Estado de Mato Grosso, juntamente com o prefeito da Capital Cuiabá propuseram a transferência da sede do governo Estadual para o norte da capital, com a intenção de expandir os limites do município. E se referindo à fundação do bairro CPA, a intenção era de que este serviria de local de moradia aos servidores do estado, devido a sua localização ser próxima à sede do Governo Estadual. O bairro seria povoado por moradores que seriam servidores do Estado, facilitando com isso a locomoção de suas casas ao trabalho e vice-versa; não haveria perda de tempo com transportes e as distâncias seriam dirimidas – assim como os atrasos, as faltas etc. No entanto, isso não aconteceu. Se aconteceu, devido a força da ocupação cultural e

social, a fisionomia do bairro mudou; de aspecto “burocrático” e de atendimento a uma necessidade do Estado, à uma comunidade viva, que preserva os aspectos culturais e os costumes locais. A cultura cuiabana é entrevista nesse local, e não a frieza dos trabalhadores burocratizados estaduais.

Quando o primeiro lote de residência ficou pronto, e os moradores começaram a ocupá-las, perceberam que não havia sido providenciado a infraestrutura com os equipamentos urbanos necessários para servir à população, faltavam saneamento de esgoto, água encanada, e não havia sido projetado transporte público que ligasse o centro urbano ao local; é preciso considerar que, para a época da implantação do bairro, o centro urbano era distante. Com todos esses problemas a população, na sua maioria, vendeu suas casas, recém recebidas, e pequena parcela da população continuou no local. O grupo de moradores que continuou no local, se organizou e reivindicou as melhorias que faltavam, além outros equipamentos urbanos.

Esta mobilização impulsionou o crescimento do bairro e novos núcleos habitacionais foram criados na sequência, até o ano de 1979. A partir de 1980, o bairro do CPA teve seu nome alterado para Morada da Serra; e, hoje, 2022, constitui-se um dos bairros mais populoso da cidade de Cuiabá, com todos os serviços públicos necessários para atender a população. Contudo, devido ao adensamento novos problemas foram surgindo.

Recorte espacial para estudo – a título de considerações finais

Figura 4 - Indicação do espaço territorial para o estudo



Fonte: Google Earth Pro

Com a expansão dos limites urbanos, o que se coloca em pauta é a definição de áreas de preservação permanente (APP) na cidade de Cuiabá; mais especificamente a área do entorno do córrego do Caju, na região norte de Cuiabá, no CPA III.

Pesquisando sobre como e quando essa região foi definida como Área de Preservação Permanente, encontrou-se na lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), um marco regulatório para essa definição, em seu artigo:

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a

todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem. [...]

II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

[...]

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - Igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;

[...]

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

[...]

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

O córrego do caju era considerado, na década de 1970 como sendo um curso d'água, e tinha à época uma largura de 8 metros; o córrego era utilizado pela população para abastecimento de água potável para o consumo.

É importante destacar que a lei citada como marco regulatório teve sua reedição e alterações, mas manteve sua essência, pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 que (Institui o novo Código Florestal).

Conforme o historiador Gilson Lira (2011), o Estado de Mato Grosso possui uma vegetação de Floresta Amazônica, e de Cerrado e faixas de transição como o Pantanal, contudo, em sua capital, Cuiabá, predomina vegetação do cerrado, e no entorno do córrego do Caju esse tipo de vegetação, também, predomina, hoje, e desde a época da fundação do Bairro CPA I (atualmente, Morada da Serra); contudo, com a expansão urbana e a consequente invasão de área por moradores sem teto, o entorno do córrego do caju já tem área assoreada, restando uma pequena parte de vegetação nativa.

A situação do córrego do Caju, atualmente, é semelhante à situação de todos os corpos d'água das grandes cidades, assoreamentos, canalizações, esgotos a céu aberto, enfim, poluição e mal tratos às águas urbanas. Na maioria das vezes, esses veios d'água nem aparecem enquanto preocupação de planejamento urbano, por estarem todos enterrados, por vias expressas, como avenidas, por exemplo. Há uma degradação urbana que retalha o tecido da cidade, criando áreas de exclusão e, conseqüentemente, gerando locais de violência iminente, em consequência de um visível abandono. As águas urbanas desaparecem sob a terra, e desaparecem, também, da memória urbana. Aqueles que conviveram com as águas correndo a céu aberto, e limpas, já não contam mais as suas experiências urbanas; os que viram as águas serem poluídas, lamentam-se; e há os que nem sabem da existência dessas águas. São esses que vivem na cidade. E, possivelmente, são esses que planejam a cidade...

Pensar a revitalização da área e a restauração da qualidade de vida e da função urbana do espaço, recoloca o córrego do Caju na malha urbana, como elemento integrador da comunidade à cidade como um todo; o espaço passa a ser não somente daquele lugar específico, mas de todo o espaço urbano, conforme o marco regulatório do Código Florestal, exposto acima, e a exemplo do córrego *Cheonggyecheon* – Córrego Límpido (Seul, Coréia) -, que de um córrego limpo, que corria a céu aberto, tornou-se um lugar sujo, poluído e malcheiroso, sendo canalizado e tendo sido construído um complexo viário, por sobre sua canalização. Após a restauração o córrego retomou a sua importância simbólica e se transformou em um elemento agregador do espaço urbano.

Ao se pensar a revitalização no entorno do córrego do Caju, é por se acreditar que isso é possível, quando se conta com uma ação participativa da população, que assim como no passado se uniram para reivindicar seus direitos por uma habitação plena e garantidora de vida, isso pode ocorrer novamente; até como um princípio pedagógico urbano, que ensina direitos e deveres aos cidadãos e aos habitantes do local.

Como falado anteriormente, hoje o bairro se constitui como um dos bairros mais populosos de Cuiabá e já possui em sua estrutura muitos serviços públicos, porém muitos desses serviços precisam de melhoria e atualização dos equipamentos e nos atendimentos.

Referindo-se especificamente ao entorno do córrego do Caju esse merece toda uma atenção especial, pois como já se encontra degradado, necessita passar por um processo de despoluição total. Hoje, os moradores do entorno do córrego despejam o esgoto diretamente nele, pois não existe infraestrutura de coleta de esgoto, apesar de no bairro ter sido instalada uma Estação de Tratamento de Esgoto. Os moradores do entorno do córrego do Caju ainda sofrem com a falta de infraestrutura de esgoto.

Outro problema percebido é que 82% dos córregos urbanos de Cuiabá já se encontram assoreados, poluídos ou canalizados, trazendo sérios problemas na drenagem das águas pluviais e provocando alagamento em vários pontos da cidade. Existe um convênio da Prefeitura com uma empresa, de nome Águas de Cuiabá, que tem por dever prestar serviço na captação, tratamento e distribuição de água potável para a população, contudo esse serviço ainda não atinge 100% dos bairros e residências.

Caso haja uma mobilização dos moradores pela despoluição do córrego e o adequado uso do espaço em seu entorno, acredita-se que será possível produzir um espaço público como um parque linear que envolva o córrego do Caju, disponibilizando para a população um local renovado, revitalizado, que contribua para a convivialidade e a sociabilidade. Neste sentido é que se entende a habitação plena, saudável que permite dignidade e humanização à população local, primeiramente, e depois a toda a população da cidade, posto que a restituição de um espaço urbano degradado, não só diminui a violência ou a sua possibilidade, mas edifica o sentido de bem-estar a todos os moradores, à medida que melhora a situação do meio ambiente, bem como o ecossistema urbano.

Além disso um projeto de parque linear no entorno do córrego do Caju provocaria como consequência a amenização do clima, valorização da paisagem verde e do restabelecimento do córrego como nascente e fonte de drenagem para as águas pluviais, amenizando os pontos de alagamento que ocorrem no bairro; bem como disponibilizaria para a população um espaço público com equipamentos urbanos, considerando o modo de vida dos índios Bororos, moradores da região, antes da fundação do bairro Morada da Serra (Complexo

do CPA). Lembrando o significado de bororo, “pátio vazio”, local de trocas, rituais e festas da tribo. Local de consagração do espaço coletivo e do compartilhamento.

Mesmo que tudo isso seja uma utopia, acredita-se seriamente que havendo a mobilização dos moradores e a participação do poder público municipal (isso, uma quase ilusão) é possível sonhar e ou concretizar o sonho de tornar, realmente, o córrego do Caju um local de socialidades e de convivialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston – **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL, **Lei Federal nº 12.651** (Institui o novo Código Florestal), Promulgado em 25 de maio de 2012, Brasília/DF. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm . Acesso em 05 de maio de 2021.

BRASIL, **Lei Federal nº 4.771** (Código Florestal), Promulgado em 15 de setembro de 1965, Brasília/DF. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em 05 de maio de 2021.

CAILLE, Alain – **Pour un manifeste du convivialisme**. Paris: Le Bord de l’Eau, 2011.

GEHL, Jan – **Cidade para pessoas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014.

JACOBS, Jane – **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LIRA, Gilson – **Conhecendo Mato Grosso – O Estado e a Capital Cuiabá**, UFMT, 2011.

MAFFESOLI, Michel – **A Contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995.

S.A. - **Segundo Manifesto Convivialista: por um mundo pós-neoliberal**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020.

TADEU, FERNANDO – **Cuiabá é uma terra Bororo** – in Vídeo: Minissérie Sesc Celebra Cuiabá Episódio 1 – História de Cuiabá, acesso em 2021 - <https://www.youtube.com/watch?v=dn7HNddG2s>